

JOSÉ LUÍS SALDANHA SANCHES

CURRICULUM VITAE

R. Conde de Sabugosa, n.º 4, 2.º Dto.
1700-116 Lisboa

jlsaldanhasanches@gmail.com

934 886 981
218 462 432

I - GRAUS ACADÉMICOS

- Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1980, com a classificação de 16 valores.
- Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1986, com a classificação de 16 valores.
- Doutoramento em Direito na área de Ciências Jurídico-Económicas, pela Universidade de Lisboa, em 1996, com a classificação de Bom com Distinção.

II - ACTIVIDADE DOCENTE NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

- Monitor da disciplina de Direito Económico, no ano lectivo de 1979/1980.
- Assistente Estagiário da disciplina de Finanças Públicas, nos anos lectivos de 1980/1981, de 1981/1982, de 1982/1983, de 1983/1984, de 1984/1985 e de 1985/1986.
- Assistente com Mestrado, com regência, da disciplina de Finanças Públicas, nos anos lectivos de 1986/1987 e de 1987/1988, da disciplina de Economia Portuguesa, nos anos lectivos de 1988/1988 e de 1990/1991, e da disciplina de Direito Fiscal, nos anos lectivos de 1988/1989, 1989/1990 1990/1991 e de 1991/1992. Assistente da disciplina de Economia Política, no ano lectivo de 1995/1996.
- Professor Auxiliar, com regência e coordenação, das disciplinas de Economia Política e de Direito Fiscal II, no ano lectivo de 1996/1997. Professor Auxiliar da disciplina de Economia Política, no ano lectivo de 1997/1998, e das disciplinas de Direito Fiscal I e II, no ano lectivo de 1998/1999.
- Professor Associado das disciplinas de Direito Fiscal I e II, nos anos lectivos de 1999/2000, de 2000/2001 e de 2001/2002, e das disciplinas de Economia Política e Direito Fiscal II, nos anos lectivos de 2002/2003, de 2003/2004, 2004/2005, 2005/2006, 2006/2007 e de 2007/2008.
- Regência, nos Cursos de Mestrado, de disciplinas sob os temas *Direito Fiscal Internacional*, nos anos lectivos de 1996/1997 e de 1997/1998, *A previsão normativa na lei fiscal: factispécie, tipos e perspectiva tipificante*, no ano lectivo de 1998/1999, *A metodologia do Direito Fiscal* e *A estrutura do Direito Fiscal Internacional*, no ano lectivo de 1999/2000, *A fraude à lei e o abuso de Direito no Direito Fiscal*, no ano lectivo de 2000/2001, *A metodologia do Direito Fiscal: previsão legal e segurança*

jurídica, no ano lectivo de 2001/2002, *Balanço comercial e balanço fiscal: as funções do balanço e a determinação do lucro tributável*, no ano lectivo de 2004/2005, e *A jurisprudência do TJCE sobre o abuso de Direito*, no ano lectivo de 2005/2006.

- Colaboração nos cursos pós-graduados do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal, do Instituto do Direito do Trabalho, do Instituto dos Valores Mobiliários e do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

III – TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS

Monografias

1. *A Segurança Jurídica no Estado Social de Direito: Conceitos Indeterminados, Analogia e Retroactividade no Direito Tributário*, Lisboa: CCTF, 1985.
2. *O Ónus da Prova no Processo Fiscal*, Lisboa: CCTF, 1987.
3. *Princípios do Contencioso Tributário*, Lisboa: Fragmentos, 1987.
4. *Princípios Estruturantes da Reforma Fiscal*, Lisboa: Edifisco, 1991.
5. *A Quantificação da Obrigação Tributária: Deveres de Cooperação, Auto-Avaliação e Avaliação Administrativa*, Lisboa: CCTF, 1995.
6. *Manual de Direito Fiscal*, Lisboa: Lex, 1998.
7. *A Quantificação da Obrigação Tributária: Deveres de Cooperação, Auto-Avaliação e Avaliação Administrativa²*, Lisboa: Lex, 2000.
8. *Estudos de Direito Contabilístico e Fiscal*, Coimbra: Coimbra, 2000.
9. *Manual de Direito Fiscal²*, Coimbra: Coimbra, 2002.
10. *Os Limites do Planeamento Fiscal: Forma e Substância no Direito Fiscal Português, Comunitário e Internacional*, Coimbra: Coimbra, 2006.
11. *Manual de Direito Fiscal³*, Coimbra: Coimbra, 2007.

Principais artigos em publicações periódicas

1. “Imposto de transacções – anotação ao AcSTA de 19/01/83, rec. n.º 2284”, *Ciência e Técnica Fiscal*, 304-306 (1984), 593.
2. “O imposto complementar como imposto de rendimento”, *Revista Jurídica*, 4 (1984), 185-221.
3. “A reforma fiscal norte-americana”, *Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal*, 316-318 (1985), 217-224.
4. “A representação do estado nos tribunais fiscais”, *Revista Jurídica*, 2 (1985).

5. "As avaliações do IVA e os deveres de cooperação dos retalhistas", *Fisco*, 2 (1988), 8-10.
6. "Reversão da execução e título executivo - anotação ao AcSTA de 28/10/87, rec. n.º 4341", *Fisco*, 2 (1988), 28-30.
7. "Subsídio de refeição e taxa social única", *Fisco*, 3 (1988), 41-43.
8. "A reforma fiscal portuguesa numa perspectiva constitucional", *Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal*, 354 (1989), 41-44.
9. "Prazo e natureza jurídica da impugnação - anotação ao AcSTA de 12/10/88, rec. n.º 4759", *Fisco*, 4, Janeiro (1989), 19-22.
10. "Conhecimento oficioso da caducidade - anotação ao AcSTA de 28/09/88, rec. n.º 5631", *Fisco*, 4 (1989), 25-28.
11. "Trespasse do estabelecimento de comerciante em nome individual", *Fisco*, 5 (1989), 47-48.
12. "Ónus da prova e deveres de cooperação - anotação ao Acórdão n.º 59000 de 20/04/88", *Fisco*, 6 (1989), 22-26.
13. "Actividade comercial e lucro tributável - anotação ao caso Associated Merchandising Corporation, AcSTA de 16/03/1988, rec. n.º 5202", *Fisco*, 7 (1989), 31-35.
14. "O pedido da declaração de inconstitucionalidade do IRS: as consequências possíveis", *Fisco*, 9 (1989), 14-17.
15. "As 'questões-de-facto' nos recursos fiscais - anotação ao Acórdão n.º 114/89", *Fisco*, 9 (1989), 23-28.
16. "Juros compensatórios e os seus pressupostos - anotação ao AcSTA de 08/02/89, rec. 10394", *Fisco*, 10 (1989), 35-38.
17. "Retenções na fonte no IRS: uma interpretação conforme à Constituição", *Fisco*, 12-13 (1989), 12-14.
18. "O grau de determinabilidade exigível nas autorizações legislativas", *Fisco*, 15, Dezembro (1989), 9-21.
19. "Sociedades transparentes: alguns problemas no seu regime", *Fisco*, 17 (1990), 35-36.
20. "Amnistia e admissibilidade de impugnação - anotação ao AcSTA de 24/05/89, rec. 5748", *Fisco*, 18 (1990), 26-29.
21. "Ainda sobre a responsabilidade dos gerentes por dívidas da sociedade", *Fisco*, 18 (1990), 36-42.
22. "O conceito de Mais-Valia depois da reforma", *Fisco*, 20-21, 1990, 59-65.
23. "As formalidades no processo de avaliação - anotação ao AcSTA, *Fisco*, rec. n.º 11945, *Fisco*, 24 (1990), 30-33.
24. "O novo processo tributário", *Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal*, 361 (1991), 165-182.
25. "Soberania fiscal e constrangimentos externos", *Fisco*, 27 (1991).

26. "Política tributária e investimento estrangeiro: alguns aspectos da tributação de não-residentes", *Fisco*, 30 (1991), 11-17.
27. "O princípio da boa-fé na produção legislativa - anotação ao AcSTA de 16/01/91, rec. n.º 12736", *Fisco*, 30 (1991), 42-49.
28. "O valor jurídico e fiscal do documento electrónico", *Fisco*, 31 (1991), 21-31.
29. "Juros compensatórios e juros indemnizatórios - anotação ao AcSTA de 16/01/91, rec. n.º 13021", *Fisco*, 32 (1991), 44-49.
30. "O regime fiscal dos centros comerciais", *Fisco*, 34 (1991), 3-8.
31. "Impugnação do indeferimento de reclamação no processo tributário - anotação ao AcSTA de 08/05/91, rec. n.º 12706", *Fisco*, 34 (1991), 19-23.
32. "Sobre o conceito de Mais-Valia", *Fisco*, 38-39 (1992), 45-54.
33. "O novo processo tributário português", *Revista de Direito Tributário [Brasil]*, 59 (1993).
34. "O novo regime de reembolsos de IVA - um despacho normativo ilegal", em colaboração com Xavier de Basto, *Fisco*, 62 (1994), 3-18.
35. "Ainda sobre o conceito de Mais-Valias", *Fisco*, 65-66 (1994), 3-18.
36. "A aplicação retroactiva de lei contra-ordenacional - anotação ao AcTC n.º 150/94", *Fisco*, 65-66 (1994), 39-43.
37. "A concretização das autorizações legislativas fiscais - anotação ao AcSTA de 08/06/94, rec. n.º 13443", *Fisco*, 67 (1994), 15-23.
38. "A indisponibilidade do direito à impugnação - anotação ao AcSTA de 21/04/93, rec. n.º 15579", *Fisco*, 69 (1994), 60-69.
39. "Activo immobilizado e conceito de mais-valia - anotação ao AcSTA de 21/04/93, rec. n.º 14534", *Fisco*, 69 (1994), 70-78.
40. "Segredo bancário e tributação do lucro real", *Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal*, 377 (1995), 23-44.
41. "Culpa no incumprimento e responsabilidade dos gerentes", em colaboração com Rui Barreira, *Fisco*, 70-71 (1995), 98-107.
42. "A dedutibilidade da derrama - anotação ao AcSTA de 01/02/95, rec. n.º 16975", *Fisco*, 72-73 (1995), 101-109.
43. "Alargamento da base tributária e gestão fiscal", *Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal*, 381 (1996), 151-162.
44. "Amnistia, perdão e impugnação - anotação ao AcSTA de 22/02/95, rec. n.º 17845", *Fisco*, 74-75 (1996), 91-97.
45. "A interpretação da lei fiscal e o abuso de direito - anotação ao AcSTA de 21/06/95, *Fisco*, proc. n.º 14275", 74-75 (1996), 99-111.
46. "Imposto, taxa e quantificação de encargos - anotação ao AcTC n.º 640/95 de 15/11/95", *Fisco*, 76-77 (1996), 87-122.
47. "OGE 96: notas sobre a autorização legislativa sobre os métodos indiciários", *Fisco*, 76-77 (1996), 123-125.

48. "A reforma da tributação predial", *Fisco*, 78-79 (1996), 111-118.
49. "Impostos sobre o rendimento, impostos sobre o consumo - nota de abertura", *Fisco*, 80-81 (1997), 2.
50. "A evolução fiscal europeia: mitos e realidades", *Fisco*, 80-81 (1997), 3-12.
51. "Sistema e reforma fiscal: que evolução", *Fisco*, 82-83 (1997), 109-122.
52. "Abuso de direito em matéria fiscal: natureza, alcance e limites", *CADERNOS DE CIÊNCIA E TÉCNICA FISCAL*, 398 (2000), 9-46.
53. "Lei interpretativa e retroactividade em matéria fiscal - anotação ao AcTC n.º 275/98 (Ribeiro Mendes)", *Fiscalidade*, 1 (2000), 77-88.
54. "Um direito do contribuinte à tributação indirecta? - anotação ao caso Serafim Teixeira Amorim Gomes, AcSTA de 27/10/99, rec. n.º 23768", *Fiscalidade*, 2 (2000), 123-128.
55. "Custos mal documentados e custos não-documentados: o seu regime de dedutibilidade - anotação aos AcSTA de 16/02/00 rec. n.º 24133 e AcSTA de 07/12/99 rec. n.º 2393", *Fiscalidade*, 3 (2000), 79-90.
56. "Abusos de direito e abusos de jurisprudência - anotação ao AcSTA de 3/05/00, rec. n.º 24585", *Fiscalidade*, 4 (2000), 54-65.
57. "A tributação do património", *Finisterra*, 35 (2000).
58. "A regulação: história breve de um conceito", *ROA*, Ano 60 (2000).
59. "IVA: controlo fiscal e direito ao reembolso", *Fiscalidade*, 5 (2001), 83-99.
60. "Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária", *Fiscalidade*, 6 (2001), 117-133.
61. "O conceito de rendimento no IRS", *Fiscalidade*, 7-8 (2001), 34-61.
62. "O contencioso tributário como contencioso de plena jurisdição", *Fiscalidade*, 7-8 (2001), 63-71.
63. "O indeferimento tácito em matéria fiscal: uma garantia do contribuinte?", *Fiscalidade*, 11 (2002), 89-101.
64. "O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional", em colaboração com André Salgado de Matos, *Fiscalidade*, 15 (2003), 5-25.
65. "Taxas municipais pela ocupação do subsolo", em colaboração com João Taborda da Gama, *Fiscalidade* 19-20 (2004), 5-43.
66. "A desigualdade na distribuição dos encargos na Contribuição Autárquica e as avaliações para expropriação - anotação ao AcTC n.º 422/2004", *Fiscalidade* 19-20 (2004), 187-213.
67. "Segredo bancário, segredo fiscal: uma perspectiva funcional", *Fiscalidade* 21 (2005), 33-42.
68. "A competência da câmara municipal para a designação do responsável pelo serviço de execuções fiscais", em colaboração com André Salgado de Matos, *Fiscalidade* 22 (2005), 139-151.

69. "Direito dos funcionários autárquicos à percepção de remunerações acessórias nos processos de execução fiscal?", em colaboração com André Salgado de Matos, *Fiscalidade* 23 (2005), 5-14.
70. "Pro rata revisitado: actividade económica, actividade acessória e dedução do IVA na jurisprudência do TJCE", em colaboração com João Taborda da Gama, *CTF* 417 (2006), 101-130.

Artigos em obras colectivas

1. "Acerca da Hipótese de um Imposto sobre o Património das Empresas", *Estudos em Homenagem da Dra. Maria de Lourdes Órfão de Matos Correia e Vale, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal*, 171, 1994, 189-204.
2. "Fiscal Sovereignty and External Constraints", *Portugal and EC Membership*: London, New York, 1994.
3. Direito Fiscal e Património Cultural, *Direito do Património Cultural*, INA, 1996, 355-374.
4. "A Situação Actual do Sigilo Bancário - A Singularidade do Caso Português", *Estudos de Direito Bancário*, Coimbra 1999.
5. "As Novas Regras do Direito Contabilístico, Nota de Actualização", *Estudos de Direito Contabilístico e Fiscal*, 2000, 41-48.
6. "O Activo Imobilizado: A Jurisdificação de um Conceito Económico", *Estudos em Honra do Prof. Doutor Pedro Soares Martinez*, 2, Coimbra: Almedina, 2000, 151-162.
7. "O Activo Imobilizado: A Jurisdificação de um Conceito Económico", *Estudos de Direito Contabilístico e Fiscal*, Coimbra: Coimbra Editora, 2000, 49-66.
8. "O combate à fraude fiscal e as garantias do contribuinte: dois objectivos inconciliáveis?", *Colóquio Os Efeitos da Globalização na Tributação do Rendimento e da Despesa*, Centro de Estudos Fiscais, 2000, 455-473.
9. "O Direito ao Reembolso do IVA: O Caso da Detenção de Participações Sociais", *Estudos Jurídicos e Económicos em Memória do Prof. Doutor João Lumbrales*, Coimbra: Coimbra Editora, 2000, 395-409.
10. "As ciências Jurídico-Económicas no Plano de Estudos da Faculdade de Direito", *Estudos Jurídicos e Económicos em Memória do Prof. Doutor João Lumbrales*, Coimbra: Coimbra Editora, 2000, 1033-1040 (em co-autoria).
11. "Problemas Jurídicos da Contabilidade (O Direito Contabilístico e as suas Fontes)", *Ab Uno ad Omnes - 75 Anos da Coimbra Editora*, Coimbra: Coimbra Editora, 1998.
12. "O Regime Fiscal das Provisões - anotação ao AcSTA de 2/06/99, rec. n.º 23089,11-23", *Jurisprudência Fiscal Anotada: Supremo Tribunal Administrativo*, Coimbra: Almedina, 2001.

13. "O conceito fiscal de valores mobiliários", *Direito dos Valores Mobiliários*, 3, 2001.
14. "Antigas e Novas Remunerações em Espécie: O seu Regime Fiscal", *Estudos do Instituto de Direito do Trabalho*, I, Coimbra: Almedina, 2001-2002, 387-396.
15. "Do Acto à Relação: o Direito Fiscal entre o Procedimento Administrativo e a Teoria Geral das Obrigações", *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles*, I, Coimbra: Almedina, 2003, 835-852.
16. "Normas Anti-Abuso, Jurisprudência Comunitária e Direito Português: As Provisões no Balanço Fiscal", *Planeamento e Concorrência Fiscal Internacional*, Lisboa: Lex, 2003, 319-337.
17. "Pressuposto Administrativo e Pressuposto Metodológico do Princípio da Solidariedade Social: a derrogação do sigilo bancário e a cláusula geral anti-abuso", em colaboração com João Taborda da Gama, in *O Princípio da Solidariedade Social*, org. Marco Aurélio Greco e Marciano Seabra de Godoi. São Paulo: Dialética, 2005.
18. "Abuso de direito em matéria fiscal: natureza, alcance e limites". In *Estado de Direito e Direitos Fundamentais, Homenagem ao Jurista Mário Moacyr Porto*, 339-364. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
19. "Audição - Participação - Fundamentação: a co-responsabilização do sujeito passivo na decisão tributária", em colaboração com João Taborda da Gama, In *Estudos em Homenagem ao Doutor José Xavier de Basto*, Coimbra: Coimbra, 2006.
20. "Do Plano Oficial de Contabilidade aos IAS/IFRS". In *O Direito do Balanço e as Normas Internacionais de Relato Financeiro*, org. J.L. Saldanha Sanches / F. Sousa da Câmara / J. Taborda da Gama, Coimbra: Coimbra 2007.
21. "Os IAS/IFRS como fonte de direito ou o efeito *Monsieur Jourdain*". In *Estudos em Homenagem ao Professor Sousa Franco*, Coimbra 2007.

Prefácios e posfácios

1. Prefácio a Código do Processo Tributário, A. Lima Guerreiro, J. Silvério Mateus, Lisboa 1991.
2. Prefácio a *A Contribuição Autárquica e a Reforma da Tributação do Património*, de Vasco Valdez Matias, Lisboa, 1999.
3. Prefácio a *A Fiscalidade das pequenas e Médias Empresas*, de Cidália Lopes, Porto, 1999.
4. Prefácio a *Código do Imposto do Rendimento das Pessoas Singulares - Anotado*, de André Salgado Matos, Lisboa, 1999.

5. Prefácio a *O IRS de Reforma em Reforma*, de Manuel Faustino, Lisboa, 2003.
6. Prefácio a *A Dedutibilidade dos Custos na Jurisprudência Fiscal Portuguesa*, de António Moura Portugal, Coimbra: Coimbra, 2004.
7. Prefácio a *A Cláusula Geral Anti-Abuso no Direito Tributário*, de Gustavo Courinha, Coimbra: Almedina, 2004.
8. Posfácio a *Imposto sobre o Valor Acrescentado - Anotações ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e ao Regime do IVA nas Transacções Intra-comunitárias*, de Patrícia Noiret da Cunha, Lisboa: Instituto Superior de Gestão, 2004.
9. Prefácio a *A Percepção social da fiscalidade em Portugal: um estudo exploratório*, de Domitília Diogo Soares, Coimbra: Almedina, 2005.
10. Prefácio a *A Proibição da Aplicação Analógica da Lei Fiscal no Âmbito do Estado Social de Direito*, de Cecília Xavier, Coimbra: Almedina, 2006.

IV - OUTRAS ACTIVIDADES ACADÉMICAS

Orientação de dissertações de mestrado

1. Interpretação Teleológica: uma Perspectiva Estruturante do Direito Fiscal / Pedro Nuno da Costa Monteiro, T-3253, FDL, 1999.
2. A Reforma Tributária Guineense no Contexto Regional (UMOA/UEMOA): que Perspectivas / Vasco Manuel Evangelista Bianque, T-2565, FDL, 2000.
3. A Dedutibilidade dos Custos na Jurisprudência Fiscal Portuguesa: (em Especial, para Efeitos de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas) / António Moura Portugal, T-3412, FDL, 2002.
4. A Cláusula Geral Anti-Abuso no Direito Tributário: Contributos para a sua Compreensão / Gustavo Lopes Courinha, T- 3419 FDL, 2002.
5. A Zona Franca da Madeira entre a Isenção e a Elisão: um Contributo para o Estudo do Direito Tributário Internacional Português / Ricardo Henriques da Palma Borges, T-3435, FDL, 2002.
6. O regime fiscal do reporte de prejuízos /Geraldo Sanca, T -4328, FDL, 2002.

Participação em júris de provas de doutoramento

- Arguente nas provas complementares do Prof. Fernando Borges de Araújo.
- Membro do júri de doutoramento do Doutor Luís Morais.
- Membro do júri de doutoramento da Doutora Ana Paula Dourado.

- Membro do júri de doutoramento da Doutora Adelaide Crocca no Instituto de Ciências do Trabalho e das Empresas, com o Prof. Doutor Engrácia Antunes, Prof. Doutor Rui Pinto Duarte e Cons. Manuel Freitas Pereira.
- Membro do júri de doutoramento da Doutora Nina Sousa Santos Aguiar na Universidade de Salamanca com o Prof. Doutor Ferrero Lapatza e o Prof. Doutor Falcon y Tella.

Arguições em provas de Mestrado na Faculdade de Direito de Lisboa

- Arguição da tese de mestrado da licenciada Maria Luísa Perdigão Abrantes, em Julho de 1998.
- Arguição da tese de mestrado da licenciada Elisa Rangel Nunes, em Abril de 1998.
- Arguição da tese de mestrado do licenciado Miguel Mendes Pereira, em Julho de 1998.
- Arguição da tese de mestrado do licenciado Herculano A. Vieira, em Julho de 1998.
- Arguição da tese de mestrado do licenciado Jose Magalhães, em Julho de 1999.
- Arguição da tese de mestrado do licenciado Hélio Campos, em Abril de 2001.
- Arguição da tese de mestrado do licenciado Fábio Luiz Gomes, em Dezembro de 2004.

Arguições em provas de Mestrado na Faculdade de Direito de Coimbra

- Arguição da tese de mestrado do licenciado Daniel Cordeiro Perachi, em Junho de 1996.
- Arguição da tese de mestrado do licenciado Laureano Ferreira Marques, em Novembro de 1996.
- Arguição da tese de mestrado do licenciado Joaquim Freitas da Rocha, em Outubro de 1997.
- Arguição da tese de mestrado do licenciado Tomás Cantista Castro Tavares, em Maio de 1998.

Arguições em provas de Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

- Arguição da tese de mestrado da licenciada Isabel Marques da Silva, em Outubro de 1998.
- Arguição da tese de mestrado da licenciada Cristina Miguel Tainha, em Dezembro de 2002.

- Arguição da tese de mestrado da licenciada Cecília Xavier, em Abril de 2005.
- *Arguições em provas de mestrado na Faculdade de Economia de Coimbra*
- Arguição da tese de mestrado da licenciada Gabriela Pinheiro, em Outubro de 1997.
- Arguição da tese de mestrado da licenciada Maria Cidália Lopes, em Maio de 1999.
- Arguição da tese de mestrado do licenciado Gonçalo Avelãs Nunes, em Maio de 2001.

Arguição em provas de mestrado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política

- Arguição da tese de mestrado do licenciado João Manuel Ricardo Catarino, em Abril de 1999.

Pareceres solicitados sobre teses e trabalhos académicos

- Parecer sobre a tese do candidato Hélio Ourém Santos 1 (1999)
- Parecer sobre a tese do candidato Hélio Ourém Santos 2 (2001)
- Parecer sobre tese de Gisela Biacchi Emanuelli, em Setembro de 2003
- Parecer sobre a tese de Ana Cristina Viegas Ceita, em Maio de 2004.
- Relatório sobre a tese de mestrado de Mariana Vargas, em Julho de 2004.

Principais comunicações em conferências, seminários, colóquios e cursos

1. Comunicação "O conceito de mais-valias depois da reforma fiscal" na conferência sobre o regime fiscal do mercado de capitais, em Lisboa, em Abril de 1990.
2. Comunicação sobre Direito Fiscal e património cultural, no Instituto Nacional de Administração, em Janeiro de 1996.
3. Comunicação sobre o processo da construção europeia e o Mercosur, na abertura de um curso da Comunidade Europeia na Escola Superior Fazendária de Brasília, em Agosto de 1998.
4. Apresentação, juntamente com Ana Paula Dourado, do Relatório Português no Congresso Anual da EATLP sobre a tributação das pequenas e médias empresas, em Estocolmo, em Junho de 1999.
5. Comunicação "Os acordos prévios e as informações vinculativas" na conferência "Preços de Transferência", promovida pela Associação Portuguesa de Consultores Fiscais, em Novembro de 1999.

6. Comunicação ao seminário “Regulação e Desregulação na Economia”, coordenado pelo Prof. Doutor Oliveira Ascensão, no Recife, em Setembro de 1999.
7. Comunicação “O Direito Contabilístico”, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em Maio de 2000.
8. Comunicação “A Reforma Fiscal”, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em Outubro de 2000.
9. Comunicação numa conferência sobre a jurisprudência do Tribunal Europeu e as suas consequências na ordem interna portuguesa e o caso do Direito Fiscal, promovida pelo Instituto Superior de Gestão, em Novembro de 2000.
10. Comunicações sobre o segredo bancário, em conferências em Brasília, Rio de Janeiro e S. Paulo, a convite da Advocacia Geral da União (Prof. Doutor Gilmar Ferreira Neto), em Fevereiro de 2001.
11. Comunicação “A compatibilidade das regras portuguesas ‘anti-abuso’ com as disposições comunitárias e internacionais” na conferência “O Planeamento Fiscal Nacional e Internacional”, promovida pela Associação Portuguesa de Consultores Fiscais, em Março de 2002.
12. Comunicação sobre o abuso de direito no Direito Fiscal Internacional numa conferência promovida pela Universidade Nova de Lisboa, em Janeiro de 2003.
13. Comunicação “O Direito do Balanço” no seminário “A Tributação das Empresa”, promovido pelo Núcleo do Algarve da Associação Nacional de Jovens Empresários, na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, em Fevereiro de 2004.
14. Comunicação “Tributação na Internet” na conferência “O Comércio Electrónico em Portugal: o quadro legal e o negócio sobre a tributação do comércio electrónico”, promovida pela ANACOM, em Março de 2004.
15. Comentário à comunicação do Dr. João Amaral Tomaz sobre a *flat tax* numa conferência promovida pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Maio de 2004.
16. Comunicação a um seminário sobre o segredo bancário e o segredo fiscal, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários, em Junho de 2004.
17. Comunicação a uma conferência sobre a tributação do rendimento, promovida pela Universidade do Algarve, em Fevereiro de 2005.
18. Comunicação sobre a fraude fiscal como política ao congresso anual da Uniarme - União de Armazenistas de Mercaria, num painel em que participaram os Professores Doutores Marcelo Rebelo de Sousa e Augusto Mateus, em Março de 2005.

19. Comunicação numa conferência sobre sinais exteriores riqueza e o seu significado jurídico, promovida pela Faculdade de Economia do Porto, em Abril de 2005.
20. Comunicação sobre o regime fiscal da audição prévia em reunião de dirigentes da DGCI, num painel que integrava o Dr. Eduardo Catroga, em Abril de 2005.
21. Comunicação sob o tema "A simplificação do sistema fiscal: uma utopia?" na 3.^a Conferência de Fiscalidade da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Maio de 2005.
22. Comunicação "A construção e a economia portuguesa" na 13.^a edição das Conferências AECOPS, promovida pela Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas, em Maio de 2005.
23. Comunicação a uma conferência sobre o património cultural, promovida pela Câmara Municipal de Sintra, em Junho de 2005.
24. Comunicação "Fraude, economia paralela e ciência económica" na conferência "Fiscalidade e Competitividade Nacional", promovida pelo Instituto Superior de Gestão, em Junho de 2005.
25. Comunicação ao seminário "A fiscalidade e a Directiva da Poupança: uma mudança de âmbito europeu", promovido pelo Instituto de Formação Bancária, em Junho de 2005.
26. Comunicação "Abuso de direito (fraude à lei) na jurisprudência tributária" ao Congresso de Direito Fiscal de Fortaleza, em Novembro de 2005.
27. Comunicação sobre a política tributária para 2006 na Conferência Anual da Ordem dos Economistas, em Novembro de 2005.
28. Comunicação sobre a situação actual do Direito do Balanço numa conferência promovida pela Universidade Nova de Lisboa, em Novembro de 2005.
29. Comunicação "Sinais exteriores de riqueza e avaliação indiciária" na conferência "Formas Actuais do Controle Fiscal e a sua Justificação", promovida pelo Conselho Distrital de Faro da Ordem dos Advogados, em Fevereiro de 2006.
30. Comunicação "A avaliação dos imóveis - princípios e problemas" no seminário "A Tributação do Património", promovido pela Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, em Março de 2006.
31. Comunicação sobre a reforma da justiça fiscal ao seminário promovido pelo Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Abril de 2006.
32. Comunicação ao seminário "Fiscalidade, Deontologia e Responsabilidade dos TOC face ao Ordenamento Jurídico Português", promovido pela

Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em Maio de 2006.

33. Comunicação “O ónus da prova no Processo Fiscal” numa conferência promovida pelo Centro de Estudos Judiciários, em Junho de 2006.
34. Comunicação “Política Fiscal” no XII Curso Internacional de Verão de Cascais, promovido pela Câmara Municipal de Cascais, em Julho de 2006.
35. Comunicação “*Compliance*: a sua qualificação jurídica” no âmbito de um seminário promovido pelo Banco Espírito Santo, em Setembro de 2007.
36. Comunicação “O cidadão, o Estado e o imposto” no âmbito de um seminário promovido pelo Clube Rotário, em Lisboa, em Outubro de 2007.
37. Comunicação “A harmonização e a concorrência fiscais na União Europeia” proferida no seminário internacional promovido pela Fundação Friedrich Ebert, em Novembro de 2007.

Participação em concursos da carreira docente

- Membro do júri de concurso para professores coordenadores no Instituto de Contabilidade e Administração de Lisboa com o Prof. Doutor José Dias Marques (Novembro 1998).
- Membro do júri de concurso para professores coordenadores no Instituto de Contabilidade e Administração de Lisboa (Março 2005).
- Nomeação para um júri para selecção um professor-coordenador no Instituto de Contabilidade e Administração do Porto.

Varia

- Professor no Instituto Superior de Gestão com a direcção do departamento de Direito.
- Colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade do Porto em cursos de pós-graduação.
- Membro Fundador da European Association of Tax Law Professors (fundação Osnabruque Julho 1997).
- Regência do módulo da Direito Fiscal parte geral no Curso Extraordinário para juízes dos Tribunais Administrativo e Fiscais (2002)
- Participação na Comissão Monti para a reforma dos impostos sobre o rendimento e representação de Portugal por nomeação do Ministro das Finanças, o Prof. António Sousa Franco (Fevereiro 1997 - Setembro 1997).
- Responsável pela atribuição de equivalências na secção de Jurídico-Económicas desde 1997.

V - OUTRAS ACTIVIDADES PROFISSIONAIS

- Jurisconsulto.
- Membro do Centro de Estudos Fiscais, de 1984 a 1996.
- Director da revista FISCO, de 1988 a 1998.
- Director da revista FISCALIDADE, desde 2000.
- Membro da comissão de redacção do Código Processo Tributário, em 1990.
- Representante do Ministro das Finanças na Comissão Monti para a harmonização fiscal europeia, em 1996.
- Membro do Conselho Nacional de Fiscalidade, de 1996 a 2000.
- Presidente da Comissão de Estudo e Análise da Regulamentação do Processo Fiscal, em 1997.
- Presidente da Comissão para a Codificação dos Impostos Especiais de Consumo, em 1999.
- Membro da Comissão de Revisão entre 2002 e 2005.